

N. F. Nº - 269203.0009/18-0
NOTIFICADO - SOCIEDADE MICHELIN PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
NOTIFICANTE - SUELY CRISTINA TENORIO MINIZ RIBEIRO
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 23/11/2020

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0190-04/20NF-VD

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEITO PASSIVO LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO. VENDAS PARA CONTRIBUINTE LOCALIZADOS NA BAHIA. RETENÇÃO A MENOS DO IMPOSTO. Corrigidos os equívocos apontados pelo impugnante nos demonstrativos de apuração das infrações. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal, lavrada em 13/12/2018, refere-se à exigência de R\$18.637,34 de ICMS, acrescido da multa de 60%, em razão da retenção a menor do imposto, e consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia.

O notificado, por meio de advogado, apresentou impugnação às fls. 19 a 14 do PAF, inicialmente transcrevendo o teor da infração e artigos infringidos. Após afirma que tal notificação fiscal merece reparo, alegando que nos termos do artigo 4º da Lei Estadual 7.014/96, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS quando da entrada na empresa de mercadoria destinada ao uso e consumo de contribuinte do imposto domiciliado no estado da Bahia, em decorrência de operações cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação.

Por sua vez o artigo 17, inciso XI e parágrafo 6º da mesma Lei determina que, o valor do imposto devido ao Estado da Bahia seria calculado mediante a sistemática de aplicação do diferencial de alíquota (DIFAL).

Transcreve o citado dispositivo e afirma que esse é justamente o caso das operações acobertadas pelas notas fiscais, que relaciona, objeto da acusação fiscal.

Explica que as empresas destinatárias das mercadorias GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS e a LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO adquiriram as mercadorias (pneus) do estabelecimento da notificada, domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, para uso e consumo em suas próprias frotas de caminhões de entrega.

Ressalta que de acordo com consulta pública ao cadastro SINTEGRA/ICMS “as empresas citadas se dedicam, respectivamente, ao comércio varejista especializado de eletrodomésticos” e ao “comércio atacadista de álcool carburante e biodiesel”, atividades essas que se presumem não abarcar a revenda de pneumáticos.

Diz que este é o motivo da divergência encontrada entre os valores apurados pela Notificada e pela Fiscalização a título de ICMS-ST, pois enquanto corretamente deixou de incluir a Margem de Valor Agregado (MVA) na base de cálculo do imposto, a Fiscalização a considerou, partindo da premissa equivocada de que se tratariam de mercadorias destinadas à revenda.

Finaliza pugnando pela retificação da planilha de cálculo acostada à notificação, para que seja excluída na base de cálculo a MVA do ICMS-ST devido em relação às notas supramencionadas.

A Auditora Fiscal presta informação fiscal às fls. 36 a 37 do PAF. Inicialmente transcreve o teor da acusação e faz um resumo dos argumentos defensivos.

Em seguida informa que após consulta no sistema de cadastro da SEFAZ, fls. 31 a 32, verificou que efetivamente a empresa GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS desempenha a atividade econômica principal de comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo. Assim, alterou a forma de cálculo do ICMS-ST e aplicou o Diferencial de alíquota (DIFAL) para as Notas Fiscais cujos produtos foram destinados a essa empresa (relatórios alterados às fls. 33 a 35)

Em relação à empresa LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO, de acordo com o cadastro da SEFAZ esta desenvolve apenas a atividade de “comércio atacadista de álcool carburante e biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo”. Assim também alterou a forma de cálculo do ICMS-ST e aplicou o Diferencial de alíquota (DIFAL) para as Notas Fiscais cujos produtos foram destinados a essa empresa (relatórios alterados às fls. 33 a 35).

VOTO

Inicialmente, constato que apesar de não ter sido argüida questão específica de nulidade, o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente à irregularidade apurada, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV, do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

No mérito, o contribuinte foi acusado de reter a menos o ICMS, e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuinte localizado no Estado da Bahia.

O defendente alegou que parte das mercadorias, objeto da presente autuação, foram destinadas às empresas GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS e a LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO, que se dedicam respectivamente ao comércio varejista especializado de eletrodomésticos”, e ao “comércio atacadista de álcool carburante e biodiesel”.

Assevera que as mencionadas empresas não adquiriram as mercadorias (pneus), para comercialização, e sim para uso e consumo, em suas frotas de caminhões de entrega, portanto, ditas operações estariam sujeitas ao pagamento do diferencial de alíquota (DIFAL), conforme o disposto no artigo 17, inciso XI e parágrafo 6º da Lei nº 7.014/96.

Informa que a divergência encontrada entre os valores por ela apurados, e pela fiscalização, a título de ICMS-ST, deve-se ao fato da inclusão indevida da Margem de Valor Agregado - MVA, na base de cálculo do imposto, eis que esta é inaplicável ao cálculo do DIFAL.

Na informação fiscal, o autuante confirma junto ao sistema de cadastro desta Secretaria, as atividades informadas pelo defendente das citadas empresas, conforme documento de fls. 38 a 39.

Elabora novos demonstrativos, fls. 41 a 42, alterando a forma de cálculo do ICMS-ST, mediante a sistemática do diferencial de alíquota para as notas fiscais cujos produtos foram destinados às empresas GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS e LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO, alterando o valor da infração para R\$5.681,00, conforme demonstrativo de débito à fl. 40.

A presente acusação, trata da retenção a menor do ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, portanto, entendo que as operações relativas às empresas GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS e LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO, não podem ser exigidas no presente lançamento, pois as mercadorias objeto das notas fiscais destinadas às mencionadas empresas não tinham como objetivo a comercialização.

Assim, se devido for à diferença entre as alíquotas- DIFAL, trata-se de outra ocorrência, razão pela qual, as mesmas devem ser excluídas do levantamento efetuado pela autuante às fls. 41 a 42, totalizando o montante de R\$4.314,27, conforme apontadas:

Data	N. Fiscal	Destinatário	Valor
mai/16	403954	Gazin Ind. Com. Móveis	978,36
mai/16	403955	Gazin Ind. Com. Móveis	77,82
Total mai/16			1056,18
jun/16	405034	Gazin Ind. Com. Móveis	191,2
Total jun/16			191,2
jul/16	411343	Gazin Ind. Com. Móveis	452,88
Total jul/16			452,88
ago/16	418456	Gazin Ind. Com. Móveis	909,69
Total ago/16			909,69
	423488	Gazin Ind. Com. Móveis	685,7
Total set/16			685,7
nov/16	427780	Larco Comercial	614,02
nov/16	430856	Gazin Ind. Com. Móveis	124,36
Total nov/16			738,38
dez/16	439742	Gazin Ind. Com. Móveis	280,24
Total dez/16			280,24
Total Geral			4314,27

Dessa forma, feitas as exclusões no resumo do débito elaborado na Informação Fiscal à fl. 40, remanesce o valor de R\$1.366,73, como a seguir demonstrado:

Data	I. Fiscal	Exclusão	Vlr. Devido
mar	804,73		804,73
abr	383,46		383,46
mai	1.056,18	1.056,18	-
jun	298,32	191,20	107,12
jul	452,88	452,88	-
ago	981,11	909,69	71,42
set	685,70	685,70	-
out			-
nov	738,38	738,38	-
dez	280,24	280,24	-
Total devido			1.366,73

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº 269203.0009/18-0, lavrado contra **SOCIEDADE MICHELIN PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.366,73**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, incisos II, alínea “e” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de setembro de 2020.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - RELATORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR